

Práxis e Interpretação Psicanalíticas como Análise do Discurso^(*)

Lúcio Roberto Marzagão (**)

Freud, ao longo de toda a sua obra,
revelou o papel preponderante de linguagem
na teoria e práxis psicanalítica

Falar com o estranho, assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo. Mire veja: o que é ruim, dentro da gente, a gente perverte sempre por arredar mais de si. Para isso é que o muito se fala?

Guimarães Rosa,
Grande Sertão Veredas.

Inegavelmente, a Psicanálise emergiu no início deste século como práxis. Desde seu surgimento trazia a marca de uma ação inter-humana. Pode-se constatar, ainda, que esta práxis — concretizada na interlocução — foi escamoteada pelo Zeitgeist; o positivismo, que regulava a Medicina e as ciências, ora via a construção freudiana como mera especulação, ora dava-lhe abrigo. Sabemos, também, que esta ambigüidade poderia estar refletindo as próprias ambigüidades de Freud frente a natureza de suas descobertas.

De qualquer forma podemos constatar que Freud, ao longo de toda sua obra revelou o papel preponderante da linguagem (interlocução) na teoria e práxis psicanalíticas.

O interesse de Freud pela linguagem, mesmo

enquanto neurólogo, torna-se pela primeira vez evidente quando publica sobre a afasia, em que critica a concepção mecanicista das teorias das localizações cerebrais e propõe uma alternativa funcionalista. Sua obra póstuma, *Projeto para uma Psicologia Científica (Freud, 1950 (1895))*, apesar de impregnada de especulações mecanicistas sobre o funcionamento do sistema nervoso, demonstra sua preocupação com a comunicação. Assim, quando fala da descarga dos neurônios e da experiência de satisfação, Freud afirma que o organismo humano é, a princípio, incapaz de levar a cabo sua

(*) Trabalho apresentado no VIII Fórum Internacional de Psicanálise, Rio de Janeiro, 1989.

(**) Lúcio Roberto Marzagão - Psicanalista, Mestre em Filosofia, Professor Adjunto UFMG.

ação específica de descarga, a qual se efetua por meio de *assistência albeia*; conclui:

“Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária de *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os motivos morais” (pág. 422).

No conhecido trabalho, *Estudos sobre a Histeria* (Breuer e Freud, 1893 — 1895), os autores afirmam estar “mais perto apenas de uma compreensão do mecanismo dos sintomas histéricos, e não das causas internas da histeria” (pág. 59). Entretanto, enfatizam:

“... quando o paciente havia descrito aquele fato com os maiores detalhes possíveis e traduzia a emoção em palavras” (pág. 47).

E logo mais adiante:

“Elimina a eficácia da idéia que não fora abreagida, por ocasião da experiência traumática, permitindo que sua emoção *estrangulada* encontre uma saída *através da fala*” (pág. 58, grifo meu).

É evidente a tensão entre o modelo causal e o papel da fala desde esta época. Continuemos através do clássico estudo clínico *Anna O*:

“Descrevia esse método falando seriamente, como uma ‘talking-cure’; enquanto se referia ao mesmo em tom de brincadeira, como ‘Chemney-Sweeping!’ Ela sabia que depois que houvesse *dado expressão* às suas alucinações, perderia toda a sua obstinação e aquilo que descrevia como sua “energia”. (Pág. 73, grifo meu).

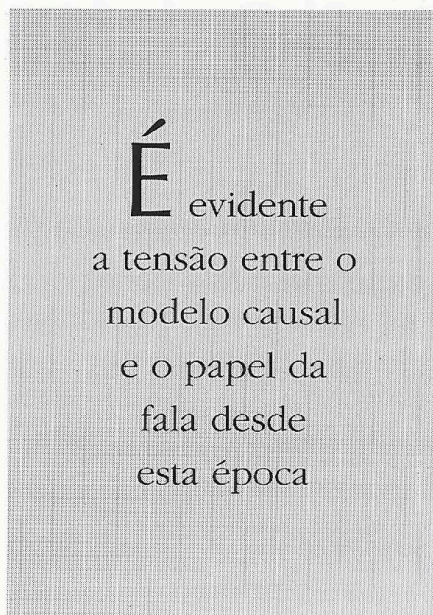
Posteriormente, *Frau Emmy Von N.* expressa suas dificuldades através de uma *gagueira* que havia surgido quando estava sentada junto à cabeceira de

sua filha e desejava ficar absolutamente quieta. Disse Freud que:

“No curso desta análise habitualmente acontecia que a paciente expressava *verbalmente*, com a mais violenta agitação, assuntos cuja emoção associada até então só havia se manifestado como expressão de emoção’ (Pág. 147, grifo meu).

No estudo Clínico⁽⁴⁾ Katharina, conclui seu relato inicial dizendo:

“Espero que esta moça, cuja sensibilidade sexual fora ferida numa idade



tão precoce, tenha tirado algum benefício de nossa *conversa*” (Pág. 181, grifo meu).

Quanto a *Frau Cäcilie M.* Freud disse que na histeria ocorre “uma expressão somática para uma idéia emocionalmente colorida, através da simbolização” (Pág. 230), ou ainda:

“O que poderia ser mais provável do que aquela figura de linguagem, ‘engulir alguma coisa’; que empregamos ao falarmos de um insulto ao qual não foi apresentada nenhuma réplica, tenha de fato se originado das sensações enervatórias que surgem na

faringe quando deixamos de reagir ao insulto?” (Pág. 230).

Parece-me estar claro que a fala não possui, aqui, função meramente informativa mas aponta para duas qualidades, que são — em se tratando de psicanálise — essenciais: ela cria e, em segundo lugar, apresenta-se como gesto:

“É necessário que, de uma maneira ou de outra, a palavra e a fala deixem de ser uma maneira de designar o objeto ou pensamento, para tornar-se a presença deste pensamento no mundo sensível, e, não sua vestimenta, mas seu emblema ou seu corpo” (Merleau-Ponty, Pág. 192, 1971).

É, na minha opinião, mais do que curioso que os casos relatados apresentem uma constelação de sintomas ligada a esta mesma fala ou gesto.

A Interpretação dos Sonhos (1900-1901), considerada a obra-prima de Freud, reúne uma quantidade colossal de observações, reflexões e análises de sonhos onde é praticamente impossível encontrar um só capítulo em que o fenômeno lingüístico não seja mencionado.

“Não é preciso ficar surpreendido com o papel desempenhado pelas palavras na formação onírica. As palavras, visto serem os pontos nodais de numerosas idéias, podem ser consideradas como predestinadas à ambigüidade; e as neuroses (...), não menos que os sonhos, se utilizam francamente das vantagens assim oferecidas pelas palavras para fins de condensação e disfarce” (Págs. 362-363).

Em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901), chega a ser hilariante o relato do diálogo de Freud com um ex-colega da Universidade — este bastante cético em relação aos conceitos

básicos. Naquela oportunidade é demonstrado via recitação de um verso de Virgílio a existência do Inconsciente. O Inconsciente que habita os interstícios das letras, palavras e juízos.

Muito mais tarde, no precioso texto sobre análise leiga (FREUD, 1926), o acontecimento analítico é assim descrito:

“Nada acontece entre eles, salvo que conversam entre si. O analista não faz uso de qualquer instrumento — nem receita quaisquer remédios (...). Mas os tratamentos analíticos levam meses e mesmo anos; mágica tão lenta perde seu caráter miraculoso. E incidentalmente não desprezamos a palavra. Afinal de contas ela é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar outras pessoas” (Págs. 213-214).

Neste ponto considero pertinente a interpeção: O que ocorreu com a Psicanálise?

Abandonou sua vocação pragmática? Sim, infelizmente podemos observar que durante décadas este fato vem ocorrendo. Houve negação da palavra; esta palavra que se situa exata e precisamente nonexo dialético dos seus fundamentos; exatamente lá, onde a carne se fez verbo e instaura-se o FORT-DA.

É possível interpretar este desvio da Psicanálise como abandono de sua matéria-prima: a palavra *in statu nascendi*. Aliás, esta “miopia epistemológi-

ca” foi comentada por Wilden (1972):

“A Psicanálise tradicional não tem se ocupado de problemas lingüísticos ou semióticos. Apesar de se constituir na ‘cura-pela-fala’, a despeito de todas as discussões de Freud sobre linguagem e das metáforas gráficas e semióticas que impregnam toda sua obra, o simbolismo do sonho e do sintoma não tem sido geralmente considerado como uma questão de COMUNICAÇÃO. Isto, em parte, é o resultado das próprias contradições de Freud sobre o assunto, e, em parte, o resultado da simples ignorância dos textos” (Pág. 31).

Parece-me inequívoco
que coube a
Jacques Lacan (1953)
recuperar a dimensão
discursiva da Psicanálise,
enquanto teoria e práxis.

Parece-me inequívoco que coube a Jacques Lacan (1953) recuperar a dimensão discursiva da Psicanálise, enquanto teoria e práxis. No célebre *Discurso de Roma* diz:

“... a técnica não pode ser compreendida, nem portanto corretamente aplicada, se se desconhece os conceitos que a fundam. Nossa tarefa será de demonstrar que esses conceitos não tomam seu sentido pleno senão ao se orientarem num campo de linguagem, senão ao se ordenarem à função da fala” (Pág. 111). Diz mais:

“... a Psicanálise só tem um meio: a fala do paciente” (Pág. 112).

Logo em seguida denuncia a “depreciação crescente de que a fala foi objeto na teoria e na técnica” (Págs. 118-119). É sabido que além da mudança paradigmática empreendida por Lacan, outros autores — depois dele — se empenharam na tarefa de resgatar a função da linguagem na práxis psicanalítica. Dentre eles encontramos Schafer (1976-1978) que procura eliminar da teoria seus conceitos reificantes.

Entretanto sua proposta situa-se entre o trivial e o óbvio e parece constituir-se tão somente em mudar a linguagem utilizada pela Metapsicologia, por outra — mais humanista —, em que os termos clássicos sejam substituídos por verbos e advérbios. Ora, sabemos que não se trata de mera tradução de termos.

Reivindicar que a linguagem da teoria psicanalítica seja despojada de antropomorfismo não é suficiente. É necessário, antes de mais nada, abordar a interlocução (analista-paciente). Afinal, a maneira pela qual é importante, mas parece-me essencial estudarmos a maneira pela qual falamos aos pacientes!

Edelson (1975), também, busca ressaltar o analista enquanto ouvinte e testemunha. Para isto vale-se das contribuições de Chomsky (1973).

Textos

Este autor desempenha papel relevante na lingüística contemporânea. Seus estudos sobre a *competência* e desprezo pelo *desempenho* afastam-no porém de nossas questões. Ora, estamos, exatamente, procurando recuperar a fala! O racionalismo chomskyano, transplantado para a clínica psicanalítica catapulta o analista para a função de mero decodificador de mensagens — ou sentenças — produzidas pelo paciente. Postulamos que a fala não alude ou representa nenhuma outra realidade. Ela é a realidade!

A Psicanálise, excetuados alguns projetos de trabalho localizados e às vezes com forte dose de clericalismo, vem perdendo ao longo das últimas décadas um de seus principais pontos de sustentação: a práxis interlocucionária. Seus desenvolvimentos fazem lembrar o andar desairoso de uma centopéia que, após ter constatado que caminha, dedica-se durante algum tempo a resolver problemas que estão no céu. Depois, passa a temer olhar para as próprias pernas e cair.

Sabemos que a teoria psicanalítica não conseguiu esgotar seus limites de inteligibilidade quando buscou na Fenomenologia (Capta) a sustentação filosófica e metodológica que necessitava; acompanhamos, também, suas tentativas frustrantes de explicação e redução naturalista do fenômeno clínico (Data). Agora, torna-se imperativo debruçar sobre o Acta: campo epistêmico em que o discurso é ação e não representação; em que o retorno ao fenômeno da fala discursiva possibilita a articulação simultânea entre o vivido e os anúncios sobre o vivido

(Ricoeur, 1988). É verdade que às ciências naturais cabe o ônus da prova; afinal, norteiam-se necessariamente pelo lema: *Quod erat Demonstrandum* (QED). A Psicanálise e sua práxis se orientam pelo lema QUOD ERAT FACIENDUM (QEF).

Conseqüentemente as dicotomias língua versus fala ou competência versus desempenho deixam de assombrar o terceiro espaço: aquele que estuda as condições de possibilidade de produção de um discurso. Ora, sabemos, também, que o signifi-

Propor o discurso como matéria-prima da teoria e práxis psicanalíticas costuma levantar objeções.

cado do mental em mais nenhum lado pode se encontrar a não ser no próprio discurso (Ricoeur, 1987).

Propor o discurso como matéria-prima da teoria e práxis psicanalíticas costuma levantar objeções. Por exemplo: como articular a Metapsicologia com a Clínica? E a transferência? Tornou-se a Psicanálise mera análise de discurso? Evidentemente que não. Cabe aos estudiosos buscar formas de articulação destas categorias filosóficas e instâncias teóricas ou

então empobrecer a Psicanálise. A importância da Metapsicologia não reside no seu poder explicativo ou controle do empírico; funciona como sistema explicativo, em que as “sentenças não descrevem a realidade, desde que se refira tão-somente a uma ficção. Conseqüentemente não possuem qualquer valor-verdade empírico, nem podem ser confirmados empiricamente. Os conceitos teóricos utilizados não se referem à realidade (Lesche, 1981; pág. 68)”.

Por outro lado, é claro que o discurso produzido pelo paciente é trespassado pela presença do analista. Quando fala, fala para o analista; desta forma funda um campo transferencial. A fala do paciente é um ato!

Amparados pela Filosofia Analítica da Linguagem, ou mais especificamente em Austin (1962), podemos sustentar que o ato de fala possui extrema relevância para a práxis psicanalítica. Reflitamos sobre um excerto do livro *How to do Things With Words*:

“... normalmente, dizer algo produzirá certas conseqüências ou efeitos sobre os sentimentos, pensamentos ou ações da audiência, ou de quem emite a expressão, ou de outras pessoas. É possível que ao dizer algo façamo-lo com o propósito, intenção ou desígnio de produzir tais efeitos. (...) Denominaremos a realização de um ato deste tipo a realização de um ato perlocucionário ou perlocução” (Pág. 101).

Compreender a função do ato-de-fala perlocucionário (por exemplo) é compreender a transferência. Liberar o discurso de seu caráter *constatativo* para acolhê-lo como *performativo* restabelece a possibilidade de uma nova hermenêutica, livre de romantismos.

É inerente à teorização psicanalítica refletir sobre a maneira pela qual o paciente age, a maneira pela qual controla seu discurso — ou sua vida — e o sentido que empresta às suas experiências — diante do analista. A exclusão do analista desta reflexão nada acrescenta à práxis e muito menos ao conhecimento sobre o fenômeno da transferência. Abolir estas indagações significa abolir a Metapsicologia e todos os seus conceitos básicos. É, porém, incompreensível pensar que teorizar sobre as condições que regulam a produção do discurso implica prescindir da Metapsicologia.

Isto posto, torna-se evidente que a interpretação e/ou práxis psicanalítica configuram-se como ação inter-humana. Constitui-se em ação que leva em conta todos os fatores e/ou condições presentes no momento em que o discurso é produzido; conseqüentemente não se apresenta como quebra-cabeças que desafia a inteligência dos interlocutores envolvidos; um jogo de linguagem tem como objetivo transmutar em linguagem digital as mensagens analógicas trocadas. Afinal, o que caracteriza o ser humano não é, exatamente, sua condição de digitalizar a si próprio e o mundo que o cerca? Sabemos que o corpo produz mensagens analógicas, mas a tarefa do analista não é transmutá-las em linguagem digital mas, sim, esperar que o paciente o faça!

Além disso, os elementos exteriores à cena psicanalítica, ou que a transcendam, conduzem a práticas ou interpretações pedagógicas, retóricas, e à Psicanálise Selvagem; há que se ater aos elementos imanentes ao discurso.

Os analistas falam muito sobre o discurso do paciente; reificam-no. Infelizmente, como já dissemos, falam pouco do discurso que produzem para o paciente. A práxis derivada da análise do discurso fecunda um *Saber Instituinte*, e não *Instituído*. O *Saber Instituído*, bem como sua prática, promove a repetição e a alienação.

A aspiração da clínica psicanalítica é criar condições para que o paciente se aproprie do seu próprio discurso; assim, se insistimos na aplicação de

Afinal, o que caracteriza o ser humano não é, exatamente, sua condição de digitalizar a si próprio e o mundo que o cerca?

regras, técnicas ou manobras constituídas, matamos, desde seu nascedouro, esta práxis. Enquanto pudermos dizer que a teoria na prática é outra, será porque ainda não libertamos o trabalho clínico de sua tradição naturalista.

Podemos aduzir, a partir da própria obra de Freud, que a ênfase deve estar no discurso dirigido ao analista e impregnada pela sua presença (transferência). Somente assim transformamos a clínica psicanalítica em práxis emancipatória (Haber-

mas, 1982), em que o discurso se apresenta com significado transitório e evanescente e ao mesmo tempo pode ser identificado e reidentificado consigo mesmo, de forma a podermos dizê-lo novamente e por outras palavras (Ricoeur, 1987).

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. (1962). *How to do Things With Words*, Cambridge, Harvard University Press.
- BREUER, J. e FREUD, S. (1893-1895). *Estudos sobre a Histeria*, Edição Standard Brasileira, Vol. II. Imago Editora, 1972.
- CHOMSKY, N. *Linguagem e Pensamento*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- EDELSON, M. (1975). *Language and Interpretation in Psychoanalysis*, New York, Yale University Press.
- FREUD, S. (1900). *A Interpretação dos Sonhos* (1a. Parte), Edição Standard Brasileira, Vol. IV. Imago Editora, 1972.
- FREUD, S. (1900-1901). *A Interpretação dos Sonhos* (2a. Parte), Edição Standard Brasileira, Vol. V Imago Editora, 1972.
- FREUD, S. (1901). *A Psicopatologia e sua Relação com a Vida Cotidiana*, Edição Standard Brasileira, Vol. VI. Imago Editora, 1972.
- FREUD, S. (1926). *A Questão da Análise Leiga*. Edição Standard Brasileira, Vol. XX. Imago Editora, 1972.
- FREUD, S. (1950 (11895)). *Projeto para uma Psicologia Científica*, Edição Standard Brasileira, Vol. I. Imago Editora, 1972.
- HABERMAS, J. (1982). *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro, Zahar
- LACAN, J. (1966). *Escritos*, São Paulo, Perspectiva.
- LESCHÉ, C. (1981). "The Relation Between Metapsychology and Psychoanalytic Practice". *Scandinavian Psychoanal. Rev.*, v-4, 59, 74.
- MERLEAU-PONTY, M. (1971). *Fenomenologia da Percepção*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- RICOEUR, P. (1987). *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70.
- RICOEUR, P. (1988). *O Discurso da Ação*. Lisboa: Edições 70.
- SCHAFFER, R. (1976). *A New Language For Psychoanalysis*, New York, Yale University Press.
- SCHAFFER, R. (1978). *Language and Insight*, New York, Yale University Press.
- WILDEN, A. (1972). *System and Structure: Essays in Communication and Exchange*, London, Tavistock Publications.